

**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL-
IPHAN
CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

**PARECER AO PROCESSO DE TOMBAMENTO N° 827-T-70 DO CONJUNTO
ARQUITETÔNICO, HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DA FORTALEZA DE SÃO
JOÃO- RIO DE JANEIRO-RJ**

RELATOR: Conselheiro José Ricardo Oriá Fernandes

I. Introdução

Peter Burke, historiador britânico, disse certa vez, que a função social do historiador é lembrar à sociedade aquilo que ela, muitas vezes, quer esquecer¹. Pois bem, como historiador de formação acadêmica, não posso deixar de "lembrar" e "destacar" duas questões fundamentais em relação a este processo de tombamento, que me coube relatar e dar o seu respectivo parecer.

Em primeiro lugar, o presente processo de tombamento iniciou-se no ano de 1970, portanto, há cinquenta e quatro anos, quando essa instituição era presidida pelo arquiteto Renato Soeiro.

No primeiro ano de atuação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sob a gestão do Dr. Rodrigo, o portão de entrada da Fortaleza de São João foi tombado por esse Conselho Consultivo, mais precisamente no ano de 1938². Tal medida revela o quanto essa instituição deu relevância à preservação das fortificações militares no contexto da política de patrimônio histórico, por entender que elas são importante registro de nossa história. Mesmo não tendo mais a finalidade original a que foram destinadas, no caso, a defesa do território nacional, elas constituem bens culturais materiais, que revelam a grandiosidade da arquitetura e engenharia militares e devem, portanto, merecer a atenção do poder público e da sociedade em prol de sua efetiva proteção por intermédio do tombamento, nos termos do art. 216, § 1º da Constituição Federal, combinado com o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

Eis que agora chega a esse novo Conselho Consultivo o pedido para o tombamento de outros bens culturais que integram a referida Fortaleza de São João, localizada no bairro da Urca, na cidade do Rio de Janeiro-RJ.

¹ BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa na historiografia. 2ª. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 17.

² Bem tombado, em nível federal, e inscrito no Livro do Tombo de Belas Artes (inscrição nº 102) e no Livro do Tombo Histórico (inscrição nº 037), em 24.05.1938.

Antes, porém, de passar para o parecer propriamente dito, não posso deixar de fazer os seguintes agradecimentos.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Leandro Grass que, como presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e deste colegiado, me confiou a relatoria deste processo, bem como a equipe técnica da Diretoria de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), na pessoa de seu diretor Andrey Rosenthal Schlee; e à Secretaria-Executiva do Conselho Consultivo, Leila Giandoni Ollaik. Queremos registrar, também, os agradecimentos à Coordenadora-Geral de Identificação e Reconhecimento (CGID), Vanessa Maria Pereira, e à arquiteta Aretha Lecir Rodrigues dos Santos pelo apoio na produção deste documento. Aproveito para estender meus agradecimentos aos arquitetos Mauro Pazzini de Sousa, Regina Prado Lima de Souza e Adler Homero Fonseca de Castro, todos servidores da Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro, pela troca de informações e valiosas discussões durante a visita técnica de reconhecimento. Contamos com a colaboração do estagiário Guilherme Pacheco Castro Rocha, que fez o levantamento bibliográfico do tema sobre a arquitetura militar no acervo da Biblioteca Aloísio Magalhães. Pelo apoio nas questões administrativas e burocráticas, agradeço à senhora Daiane Silva.

Não podemos também deixar de registrar o apoio logístico do Exército brasileiro, responsável pela gestão do bem cultural em análise, em especial ao Centro de Capacitação Física do Exército Brasileiro (CCFex), na pessoa do General Ricardo Tranato e toda a sua equipe, que tão solicitamente nos recebeu no dia 30 de julho passado para a visita técnica de reconhecimento desse bem cultural.

II. Tramitação do processo

O Processo de Tombamento nº 827-T-70 originou-se de uma solicitação da Organização Militar (OM) do Exército, por meio do Ofício nº 111- S/4, de 9 de julho de 1970, que foi encaminhado ao Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), mais especificamente ao Conselheiro Américo Jacobina Lacombe pelo Diretor em Exercício do IPHAN, em 01.03.1971. Inicialmente, o pedido de tombamento estava restrito ao Forte de São José, o Reduto São Teodósio e as Muralhas dos redutos São Diogo e São Martinho (Fortes de Entrada).

Para o melhor entendimento dos senhores conselheiros e conselheiras, fizemos uma breve linha do tempo, onde estão destacados os principais documentos e

fatos relevantes para uma melhor elucidação do processo, uma vez que o mesmo vem de longa data:

- **1970**: o Comandante da Fortaleza de São João e 2º Grupo de Artilharia da Cesta – Alkindar Machado Bona solicita o tombamento na área da Fortaleza de São João, particularmente o Forte São José e Reduto São Teodósio, na entrada da barra, e as muralhas do antigo Forte da Entrada. (Ofício 111-8/4 Ministério do Exército de 09 de julho de 1970);
- **1971**: na 55ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (IPHAN), 22 de junho, registra-se a decisão em ata: “*De acordo com as conclusões do Relator e por proposta do Conselheiro José Soares de Melo, o Conselho resolveu, por unanimidade, converter o processo em diligência para recolher dados mais completos, inclusive mapas e levantamentos a fim de ser novamente apreciado pelo Conselho.*”
- **1973**: o Presidente do IPHAN, Renato Soeiro, encaminha ao Exército a Certidão de Tombamento do Portão da Fortaleza de São João, e informações sobre a continuidade do estudo técnico para os Fortes de São José e São Teodósio.
- **1983**: o processo de instrução fica sob responsabilidade da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.
- **1988**: o Diretor interino da 6ª Diretoria Regional SPAN, por meio do Ofício Gab nº 106/88 MinC 6ª. DR SPAN, declara interesse no sítio histórico que compõe o conjunto histórico, paisagístico e arquitetônico, que integra a área da Fortaleza de São João, em virtude de observar valores no acervo existente na área para além do portão tombado, e ressalva ao final “a praia histórica”.
- **1998**: o historiador Adler Homero Fonseca de Castro encaminha, por meio do Memorando DEPROT RH nº 677/98, de 20 de outubro de 1998, informações sobre material de artilharia da Fortaleza de São João, denominado como “Inventário sumário do material de artilharia da Fortaleza de São João” e em que identifica as evidências e os equipamentos para cada Casamata da Bateria São José com suas características.
- **2014**: a arquiteta Claudia Maria Girão Barroso manifesta-se por meio do PARECER Nº 236 2014 COTEC RJ, de 28 de novembro de 2014, sobre o Tombamento da Praia de Fora, na área da Fortaleza de São João, Urca, Rio de Janeiro, RJ, com recomendação de tombamento com inscrição no Livro do Tombo Histórico e Livro do Tombo Paisagístico; e por meio do PARECER Nº 237 2014 COTEC RJ, de 28 de novembro de 2014, sobre o Tombamento dos Remanescentes do Forte da Entrada, Forte de São José e Reduto de São Teodósio na Fortaleza de São João, inclusive o canal marítimo junto à Fortaleza,

com recomendação de tombamento e inscrição no Livro do Tombo Histórico e Livro do Tombo Paisagístico, ambos condicionados a reversão de danos ao morro Cara de Cão e à várzea entre este morro, o morro da Urca e o Pão de Açúcar. Referia-se à construção de edifício da Praia da Urca, questão de impasse entre o IPHAN e o Exército brasileiro desde a década de 1970.

- **2017:** o historiador Adler Homero Fonseca de Castro emite Laudo nº 31/2017, de 14 de julho, onde descreve o bem, verifica seu estado de conservação e situação geral do Conjunto Arquitetônico, Histórico e Paisagístico da Fortaleza de São João, para complementar e atualizar as informações.
- **2018:** a arquiteta Regina Prado Lima de Souza se manifesta por meio do Parecer 2018 IPHAN-RJ, de 28 de dezembro de 2018, onde recomenda a inscrição do “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Fortaleza de São João, incluindo os seguintes elementos: Praia de Fora, Praia de Dentro, Marco de Fundação da Cidade, Forte São José, Reduto São Teodósio, Bateria do Pau do Bandeira, remanescente das muralhas do Forte São Diogo, Ponte da Praia de Dentro, posto de comando da região leste, Bateria Marques Porto e Bateria Mallet, com as estruturas anexas” nos Livros do Tombo pelo seu valor histórico, artístico e paisagístico. E indica como diretriz de gestão para área tombada: *“Área referente ao tombamento: deve ser ocupada somente com as edificações existentes e equipamentos que se façam essenciais, desde que devidamente justificados e submetidos à análise deste IPHAN”*.
- **2021:** a engenheira Cláudia Bastos do Nascimento, da Coordenação Geral de Identificação e Reconhecimento do DEPAM, emite um novo parecer técnico favorável ao tombamento do conjunto arquitetônico e solicita o retorno do referido processo à Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro, para a complementação de informações necessárias à sua instrução, dada à natureza e complexidade do bem cultural em questão. No referido parecer, Cláudia Bastos questiona a denominação dada ao bem para a devida inscrição nos livros do tombo por ser muito longo e não explicitar o que são as “estruturas anexas”. Ela sugere a seguinte denominação, mais curta e inteligível: “Conjunto Arquitetônico, Histórico e Paisagístico da Fortaleza de São João”.
- **2021:** o historiador Adler Fonseca de Castro elabora um novo parecer técnico a partir das solicitações feitas pela Coordenação Geral de Identificação e Reconhecimento do DEPAM. Nele, reforça a necessidade de tombamento e sugere uma nova denominação ao bem cultural a ser tombado: “Conjunto Arquitetônico, Histórico e Paisagístico da Fortaleza de São João, incluindo todos os elementos de defesa na área”.

- **2022:** o IPHAN recebe o ofício do Exército pela impugnação do Edital de Tombamento Provisório da Fortaleza de São João (DOU, 17/11/2022, edição 216, seção 3). No referido documento, o General de Divisão Francisco Humberto Montenegro Júnior, chefe do gabinete do Comandante do Exército, alega que “*a amplitude do objeto do tombamento engloba praticamente todo o complexo da Fortaleza de São João e, salvo melhor juízo, tem possibilidade de causar sérios prejuízos à utilização da área, conforme a necessidade e o interesse da Administração Militar, e até mesmo à dinâmica normal de obras de adequação, reforma e manutenção das instalações, necessárias ao constante aperfeiçoamento de técnicas desportivas e de ensino. Há que se ressaltar que boa parte dos bens englobados pelo tombamento já perderam suas características originais e têm sido conservados, de maneira satisfatória, dentro dos procedimentos normais previstos pelo Exército*” (OFÍCIO Nº1054-A3.1/A3/GabCmtEx, de 01 de dezembro de 2022).

- **2022:** a Advocacia-Geral da União, por intermédio da procuradora Genésia Marta Alves Camelo, manifesta-se contrária à posição do Exército, refutando as alegações do mesmo e concluindo seu parecer técnico da seguinte forma: “*a) o tombamento de um bem não se encontra adstrito à formulação apresentada pelo seu proponente; b) o Iphan é autarquia federal a quem foi atribuída a missão de preservação do patrimônio cultural, cabendo a ele proceder à identificação de valores culturais nacionais que ensejam o tombamento; c) o instituto do tombamento não impede o uso do bem pelo Exército*” (PARECER n. 01077/2022/PFIPHAN/PGF/AGU, de 18 de dezembro de 2022). Ressalte-se que, embora o pedido inicial de tombamento seja da década de 1970, passando um bom tempo paralisado, teve, no ano de 1997, um reforço na solicitação do então Comandante da Escola de Educação Física do Exército pela sua retomada, o que demonstra o interesse da instituição militar pela sua preservação. Ademais, cabe também registrar o fato de que o Exército brasileiro, por meio do Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx), tem participado do Comitê Técnico de Elaboração do Dossiê da Candidatura das Fortificações Brasileiras a Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco, desde o ano de 2017. Por sinal, entre os dias 03 a 05 de dezembro de 2019, realizou-se nas próprias dependências da Fortaleza de São João, o II Seminário Internacional Fortificações Brasileiras. Com o tema “Patrimônio Mundial: desafios para a gestão do conjunto de fortificações do Brasil”, o referido evento contou com a participação de técnicos e especialistas internacionais e dos 19 gestores dos fortões,

que pleiteiam a referida inscrição desses bens como Patrimônio Cultural da Humanidade junto à UNESCO.

- **2023:** O processo de tombamento é novamente encaminhado ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para ser incluído na pauta de deliberações.

- **2024:** É nomeado relator do processo de tombamento o Conselheiro José Ricardo Oriá Fernandes para a emissão do respectivo parecer, através de e-mail da secretaria deste Conselho Consultivo, do dia 18 de abril de 2024.

- **2024:** Realização de reunião com o Exército, nas dependências da sede do IPHAN em Brasília-DF, no dia 17 de julho, para tratar de questões relacionadas aos processos de tombamento das Fortalezas de Santa Cruz, em Niterói e de São João, no Rio de Janeiro.

No dia 30 de julho do corrente ano, realizamos uma visita técnica de reconhecimento ao bem cultural, objeto deste processo de tombamento, a Fortaleza de São João, que fica localizada na Av. João Luiz Alves, s/nº, Urca, cidade do Rio de Janeiro-RJ. Fomos acompanhados dos técnicos da Superintendência do IPHAN-RJ, Mauro Passini e Adler Homero Fonseca de Castro, bem como do Diretor do DEPAM, Andrey Rosenthal Schlee e da arquiteta Aretha Lecir Rodrigues dos Santos. Na ocasião, fomos recebidos pelo atual gestor do Centro de Capacitação Física da Escola Militar do Exército (CCFEx), Gal. Ricardo Tranato e de toda sua equipe, que apresentou um vídeo institucional sobre as atividades que são realizadas nas atuais instalações da Fortaleza de São João. O Gal. Tranato fez também uma apresentação em *data-show*, que foi anexada ao processo de tombamento, onde o mesmo manifestou o interesse de que a referida fortificação fosse tombada pelo IPHAN, ao tempo em que demonstrou preocupação quanto à área de tombamento do entorno, considerando que isso poderá inviabilizar a realização de várias atividades desportivas que já são realizadas no local. Sugeriu, portanto, que a área poligonal do tombamento e do seu entorno fosse modificada, de modo a não prejudicar a atuação da CCFEx, que é o órgão responsável pela gestão da Fortaleza de São João.

III. Análise técnica do bem

O bem cultural em análise constitui uma das mais importantes edificações representativas do que se convencionou chamar de arquitetura militar. Entende-se por arquitetura militar

o ramo da atividade humana visando à construção de obras defensivas, capazes de resistir a um ataque, mas essa definição é simplista, pois ignora que o campo é muito mais vasto, indo de monumentos até o urbanismo. Inclui, por exemplo, tudo o que se chama mais propriamente de engenharia militar, o ramo que cuida das obras de engenharia necessárias à execução de operações militares, como estradas, pontes e outros tipos de obras. Trata também de outras que poderiam ser consideradas comuns, como portos, desde que feitas pensando na atividade das forças armadas. Isso tudo incluindo, é claro, as fortificações: fortalezas, fortões, redutos, baterias, castelos e outros³.

O historiador Adler Fonseca destaca, também, que as obras de arquitetura militar têm uma dupla função. Possuem um fim utilitário, qual seja, a defesa do território, mas têm uma função simbólica, pois foram feitas com vistas a criar um determinado sentimento de segurança na sociedade, ao mesmo tempo que constituíam uma demonstração de poder e organização do governo. Hoje, a arquitetura militar, como um campo específico da arquitetura, tem sua difusão muito restrita, haja vista que o uso de obras exclusivamente para fins militares, como as fortificações⁴, também foi muito reduzido na atualidade.

No Brasil, no decorrer de sua história, seja como colônia na América portuguesa, seja como estado independente, foram construídas mais de 1.300 fortificações, das quais 66 são tombadas individualmente ou em conjunto pelo IPHAN, sendo um dos grupos representativos do patrimônio histórico tradicional, não apenas por seu aspecto artístico, mas sim, por serem símbolos da formação do Estado Nacional.

³ CASTRO, Adler Homero Fonseca de. **Arquitetura Militar** IN: Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/67/arquitetura-militar> Acesso em 10.08.2024.

⁴ Na nomenclatura usada no campo da Arquitetura Militar, existem diferentes tipos de edificações: **FORTIFICAÇÃO**: denominação genérica às obras de defesa militar. No Brasil-Colônia, essas fortificações foram importantes na defesa e consolidação do processo de ocupação do território da América Portuguesa; **FORTALEZA**: fortificação cujo armamento está repartido em duas ou mais baterias de Artilharia, instaladas em obras independentes e, em geral, largamente intervaladas; **FORTE**: fortificação constituída por uma ou mais baterias de artilharia localizadas na mesma obra; **FORTIM**: é um forte pequeno; **REDUTO**: pequeno forte isolado no interior ou exterior de uma fortaleza; **BATERIA**: é uma obra de fortificação menor que um reduto e, em princípio, isolado e armada somente com canhões. (BARRETTO, Annibal. **Fortificações do Brasil**: resumo histórico. 2a. Edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011, p. 17);

Segundo o historiador Synésio Scofano Fernandes, que já foi membro deste Conselho Consultivo,

a história da posse e da manutenção do território que, ao longo do tempo, foi constituindo a base física do nosso país confunde-se, nos seus primórdios, com a história das fortificações construídas por brasileiros, portugueses, holandeses e franceses. Não foram essas fortificações, na sua grande maioria, elementos de um planejamento estratégico mais amplo (ou de uma ação tática mais restrita), nem mesmo se limitaram às intenções políticas que, porventura, as tivessem concebido. Grande parte das posições defensivas – fortalezas, apenas algumas poucas, fortes, fortins ou “baterias” – construídas, em diferentes épocas, em nosso território, extravasaram das motivações e dos objetivos que possibilitaram as suas existências. Esses entes de pedra e cal ou de madeira, faxina e terra, independentemente de suas funcionalidades, dos rigores de seus traçados arquitetônicos, das suas singularidades, ganharam vida, atravessaram o tempo e desempenharam muitos outros papéis imprevistos. No campo estritamente militar, a fortificação está inscrita nas operações do combate defensivo, se bem que pode, também, desempenhar uma função dissuasória, mas, mesmo nesse papel, o seu caráter defensivo é evidente. A cidadela, a fortaleza, o forte, o fortim se contrapunham ao ataque, o elemento substantivo do combate, pelo qual se atinge o principal objetivo da operação militar: aniquilar o inimigo ou tirar-lhe a vontade de lutar. Portanto, as características de uma posição fortificada, sua disposição espacial, seu estilo arquitetônico, os materiais empregados em sua construção, seu artilhamento decorrem do estado da arte do ataque, da sua tática e da tecnologia empregada. A natureza defensiva das fortificações, principalmente no período colonial de nossa história, era essencial na luta pela posse e manutenção do território, quando o inimigo, de pouca massa e com ataques fortuitos, tentava desbaratar a defesa, quase sempre localizada em posições dominantes na costa marítima ou fluvial⁵.

Para além de sua função estritamente militar, podemos afirmar que as fortificações tiveram um papel socioeconômico importante na ocupação do território. Ao lado da igreja católica, símbolo do poder religioso ou da casa de câmara e cadeia, sede do poder político local, os fortes eram edificações que dignificavam a comunidade, mesmo quando sua função estritamente militar já não se fazia presente. Muitas das fortificações que remontam ao período colonial de nossa história, como núcleos iniciais de povoamento, deram origem a cidades. Exemplo paradigmático é a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, já tombada pelo IPHAN no ano de 2008 e que deu origem à capital cearense.

⁵ FERNANDES, Synésio Scofano. *Processo de Tombamento da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, Fortaleza-CE (2008)*. IN: REIS FILHO, Nestor Goulart e FINGER, Anna Elisa (orgs.). **Pareceres do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural:** monumentos, arquitetura, paisagismo, sítios arqueológicos, áreas de terreiros e antigos quilombos. Brasília-DF: IPHAN, 2017, vol. 2, pp. 49-50.

Para uma melhor fundamentação ao presente parecer, que comprove a importância histórica e arquitetônica da Fortaleza de São João, recorremos, novamente, à abalizada opinião do historiador Adler Fonseca de Castro que, em vários artigos e livros⁶, mostra as mudanças na referida fortificação, em termos arquitetônicos, no decorrer da história. Ressalte-se que essas mudanças não comprometeram a importância dessa Fortaleza. Pelo contrário, elas são reveladoras das diferentes formas de intervenção humana na evolução da arquitetura militar.

Nas proximidades do local onde Estácio de Sá aportou para fundar a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 01 de março de 1565, existe desde o ano de 1681, a Fortaleza de São João localizada, em ponto estratégico, à esquerda da entrada da Baía da Guanabara. Podemos afirmar que o complexo da Fortaleza de São João, objeto deste processo de tombamento, começou a ser erguido na época do desembarque de Estácio de Sá, na várzea entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar. Inicialmente, eram instalações precárias, porém, com o passar do tempo, foi sendo ampliada e reforçada, transformando-se a primitiva fortificação num conjunto de obras espalhadas e que veio a ser chamado Fortaleza de São João. Tanto assim é que, na praça defronte à praia de fora, existe uma réplica do marco de fundação da cidade do Rio de Janeiro, cujo original encontra-se na Igreja dos Capuchinhos, no bairro da Tijuca.

A Fortaleza de São João talvez seja a única no país que é, de fato, uma fortaleza, pois na Engenharia Militar antiga, tratava-se de um conjunto de baterias, atualmente fortes, mas interdependentes. No caso da Fortaleza de São João, o conjunto é formado por fortes independentes: São José (1578), São Teodósio (1572), São Martinho (1565) e São Tiago (1618), posteriormente reforçados pelas baterias Mallet e Marques Porto (1902). A razão dessa complexidade de construção é compreensível. Situada no local da fundação da Cidade do Rio de Janeiro, no Morro Cara de Cão, apresentava três frentes de atuação, a Praia de Fora, a Praia do Porto, além da entrada da Baía de Guanabara, o que dificultava enormemente a organização da posição defensiva. Em 1715, o Governo português recomendou que tanto a Fortaleza de São João como a

⁶ CASTRO, Adler Homero Fonseca de. **Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro:** fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro. 2009, vol. 1; TEIXEIRA, Paulo Roberto Rodrigues; CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Fortaleza de São João*. IN: **Revista DaCultura**, ano III, nº 5, dezembro de 2003, p. 71-81; CASTRO, Adler Homero F. *Muralhas de Pedra Canhões de Bronze Homens de Ferro – Conclusão* IN: **Revista daCultura**, v. 18, p. 3-32, 2019.

de Santa Cruz fossem reforçadas, armadas e guarnecidas, pois entendia que as mesmas ocupavam posição estratégica na defesa da Baía de Guanabara.

Após a abdicação de D. Pedro I, em 1831, a Fortaleza foi desativada e desarmada, permanecendo apenas sete canhões no Forte São José, sem dispor de uma guarnição para operá-los. Em 1855, foi criada a Escola de Aplicação do Exército que usou as instalações da Fortaleza, transferindo para o local a instrução prática, tanto de material de artilharia como de infantaria.

Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), a Fortaleza passou a funcionar como depósito de prisioneiros de guerra, sendo os mesmos usados como mão-de-obra para a realização de várias atividades em diferentes repartições.

Em 1862, após o episódio da Questão Christie, o Imperador D. Pedro II tinha uma grande preocupação pela segurança do Rio de Janeiro, em virtude do fácil acesso, pelo mar, dos estrangeiros. Criou-se, então, um projeto audacioso para aumentar a capacidade de defesa da Baía de Guanabara. Uma obra de porte, através da construção de 17 casamatas e que iria proporcionar ao Forte São José o aumento do seu poder de fogo. Ao encerrar a construção, os canhões Whitworth se posicionaram para barrar qualquer tentativa do invasor. O imperador Pedro II foi pessoalmente inaugurar o forte, no ano de 1872, tendo sido registrada esta obra em placa alusiva, ainda hoje na existente na entrada da edificação.

Em 1875, foi construída uma nova bateria sobre o Forte São Teodósio, preparada para receber o gigantesco canhão Armstrong de 11 polegadas (280 mm), pesando 25 toneladas e cujo projétil pesava 550 libras (250kg). Esse armamento ficou conhecido como “Vovô” e ainda hoje se encontra lá, sendo uma das atrações dos visitantes. No mesmo ano, foi também instalado no local o canhão mais moderno então em uso no Exército, um Krupp 75mm c.26, presenteado pela Casa Krupp ao Imperador Pedro II. Pelas suas linhas esguias, foi apelidado como “Cachorro” ou “Galgo”.

Na República, a Fortaleza de São João foi cenário de outro conflito bélico: a Revolta da Armada (1894). Em 1920, passou a ser guarnecida por um Batalhão de Artilheiros de Posição e, na década de 1950, pelo 2º grupo de Artilharia da Costa, que funcionou até o ano de 1991, quando foi criado o Centro de Capacitação Física do Exército.

Dada à sua relevância histórica, artística e arquitetônica, a Fortaleza recebe um fluxo considerável de turistas e visitantes em suas dependências⁷, sobretudo as do Forte de São José, que se encontra em excelente estado de conservação e que já foi locação da novela *Que Rei sou eu?* (1989), do filme *Carlota Joaquina, a Princesa do Brasil* (1995) e a minissérie *Quinto dos Infernos* (2002).

Hoje, nas dependências da Fortaleza de São João, funcionam as seguintes unidades: a Escola de Educação Física do Exército, o Instituto de Pesquisa e Capacitação Física do Exército, a Escola Superior de Guerra, o Museu do Desporto do Exército e, no interior do Forte São José, o Museu da Fortaleza de São João.

Como dissemos anteriormente, o portão histórico da Fortaleza foi tombado pelo IPHAN desde 1938. Na verdade, desde sua criação, há precisamente 87 anos, o IPHAN prontamente reconheceu a importância das fortificações para a criação de um sentimento de identidade nacional, de forma que já no primeiro ano de funcionamento da instituição foram tombados 24 fortões, sintomaticamente no dia 24 de maio, data em que se comemorava o Dia do Exército, em memória da Batalha de Tuiuti, na Guerra do Paraguai.

Neste sentido, podemos afirmar que sempre houve uma forte aliança entre o IPHAN e as Forças Armadas no sentido de uma compreensão maior acerca da necessidade de preservação dessas unidades militares, pois em muitas dessas fortificações tombadas ainda se encontram unidades operacionais em pleno funcionamento. Mesmo impondo-se limitações administrativas inerentes ao tombamento, o Exército nunca se opôs a tais medidas, pois entende que o escopo maior é a preservação da memória nacional.

IV. O objeto de tombamento e as diretrizes de preservação

Os pareceres técnicos contidos nos autos do processo de tombamento apontam para a inclusão dos seguintes elementos a serem tombados pelo IPHAN, para além do

⁷ As visitações são realizadas durante a semana, com o devido agendamento que deve ser feito pelo e-mail: sitiohistorico.fsj@gmail.com. Segundo dados do próprio CCFEx, chegam a circular nas dependências da Fortaleza de São João cerca de 3 mil pessoas por dia.

portão de entrada da Fortaleza, tombado desde 1938, e as áreas do entorno dos morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, tombados desde 1974. São eles:

1. Praia de Fora;
2. Praia de Dentro;
3. Marco de Fundação da Cidade;
4. Forte São José;
5. Reduto São Teodósio;
6. Bateria do Pau do Bandeira;
7. Remanescente das muralhas do Forte São Diogo e de São Martinho;
8. Ponte da Praia de Dentro;
9. Posto de comando da região leste;
10. Bateria Marques Porto;
11. Bateria Mallet;
12. Bens móveis integrados (canhões e armamentos inventariados);
13. Estruturas anexas (paióis de pólvora e placas comemorativas).

Na visita técnica de reconhecimento da Fortaleza de São João, realizada no dia 30.07.2024, tivemos a oportunidade de conhecer todos os itens anteriormente listados, constatando seu atual estado de conservação e acesso aos mesmos. Neste sentido, estamos propondo que os itens 3, 9 e parte do item 13 não sejam incluídos no tombamento definitivo, pelos seguintes motivos:

- o Marco da Fundação da cidade do Rio de Janeiro (item 3) constitui apenas uma réplica, cujo original se encontra nas dependências da Igreja dos Capuchinhos, juntamente com os restos mortais do fundador da cidade, Estácio de Sá;

- o Posto de Comando da Região Leste (item 9) que, embora seja constituído por um conjunto de túneis cavados no interior da montanha, é de difícil acesso e é usado como área de treinamento de tiro, o que inviabiliza sua inserção em um possível roteiro de visitação à fortaleza e

- as Estruturas Anexas (item 13), constante de paióis de pólvora para as baterias Marques Porto e Mallet se encontram em estado de ruínas, não tendo sido recomendado seu tombamento por parte da direção do Exército, o que prontamente acatamos. No entanto, dado o seu valor histórico, sugerimos a preservação específica de duas placas existentes como elementos integrados no quartel: a primeira existente na bateria alta, alusiva à Escola de Aprendizes Artilheiros, bem como a que está na Escola Superior de Guerra, referente à construção do prédio original, em 1867, como parte do campo de prisioneiros de guerra paraguaios.

Quanto aos demais itens (1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12 e parte do 13), estamos propondo a inscrição dos mesmos no Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo

Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro de Belas Artes, conforme especificação abaixo, contida no Parecer Técnico de Adler Homero Fonseca de Castro (ver mapa anexo 1):

Livro Histórico: como um local onde ocorreram diversos fatos de grande relevância para a história do Brasil, desde a fundação da Cidade do Rio de Janeiro, que viria a ser a capital do Brasil por quase duzentos anos; a luta contra os franceses em 1560-1567 até a defesa costeira do País na Segunda Guerra Mundial, passando pela invasão de Duguay-Troin (1710); a Questão Christie (1863); a Guerra do Paraguai, quando a fortaleza serviu como campo de prisioneiros paraguaios, inclusive com uma escola de alfabetização para as crianças de até 9 anos de idade que tinham sido recrutadas a força pelos paraguaios e Revolta da Armada. A longa história operacional da fortificação só terminando na década de 1980, quando as últimas peças de artilharia foram retiradas do local e a fortificação passou a abrigar o Centro de Educação Física do Exército, a Escola Superior de Guerra e instalações do IME. Observamos que a importância histórica do conjunto, aliado ao fato do local ainda hoje ser uma unidade operacional do Exército, apesar de ser aberto para atividades culturais, foi um fator importante na sua seleção para compor o conjunto das 19 fortificações que foram indicadas para inscrição na lista do Patrimônio Mundial da Unesco.

Livro do tombo arqueológico, etnográfico e paisagístico: por seu valor paisagístico, por compor um conjunto que faz a ligação entre diversos bens desconexos que já tiveram seu valor paisagístico reconhecido pelo Iphan através do tombamento: os morros do Pão de Açúcar, Cara de Cão e da Urca, o conjunto da fortificação, composto pelo Morro Cara de Cão e pelo terreno entre as praias de Dentro e de Fora compondo uma paisagem de grande beleza estética, que é apreciada por centenas de milhares de pessoas todos os anos, ao visitarem o Pão de Açúcar. Vale apontar que a preservação dos aspectos paisagísticos do conjunto da Fortaleza foram um dos motivadores que levaram à expansão da proposta de inscrição da área na Lista do Patrimônio Mundial, quando da inscrição das 'Paisagens Cariocas: entre a Montanha e o Mar' pela Unesco, em 2012. Parecemos um contrassenso pensar em um bem que o Iphan recomendou que fosse considerado de interesse mundial por sua beleza paisagística, não recebesse a mesma chancela pelo tombamento através do Decreto-Lei 25/37.

Livro do tombo de Belas Artes: neste caso a justificativa da inscrição está na presença de quatrocentos anos de arquitetura militar. O conjunto, através de algumas das obras primas da arquitetura nacional, especificamente o forte de São José, desenho verdadeiramente nacional, é um dos melhores exemplares da arquitetura erudita de seu período. Afara ele, o reduto de São Teodósio, os fortões da Entrada, a bateria do Pau da Bandeira, assim como as Marques Porto e Mallet, cada uma delas em seu devido momento histórico, são representativos da evolução da arquitetura militar, formando um conjunto único em todo o Brasil, pois não há outro com tal diversidade de construções inter-relacionadas, situadas em um espaço geográfico tão restrito⁸.

⁸ Parecer Técnico nº 158/2021/CGID/DEPAM, de 15 de dezembro de 2021.

De todos os componentes existentes no complexo da Fortaleza de São João, há que se destacar o Forte de São José:

Do ponto de vista da história militar o local de sua instalação foi o mais importante de toda a fortaleza, pois dali se podia bater o canal de entrada da Baía de Guanabara, sendo ele, portanto, a razão de ser de todo o conjunto fortificado. Do ponto de vista da arquitetura militar, o forte de São José é uma construção acasamatada, de estilo norte-americano, diferente, portanto da fortaleza de Santa Cruz, feita no estilo de Haxo. Essas são as duas únicas fortificações acasamatadas feitas no Brasil, dentro dos melhores critérios da arquitetura erudita de meados do século XIX e, como tal, o forte de São José é um caso excepcional, que justifica, por si, a inscrição do bem no livro de Belas Artes⁹.

O Forte de São José é o elemento central da fortificação e o que mais atrai os visitantes, por seu estado de conservação, além do que, no interior de seu pátio, encontra-se o Museu da Fortaleza de São João, que conta, de forma expográfica, os diferentes momentos de ocupação dessa edificação no decorrer da história.

Vale ressaltar que o tombamento definitivo da Fortaleza de São João, nos termos da legislação vigente (Decreto-Lei nº 25, de 1937), atende também aos critérios da Política de Patrimônio Material, previstos no art. 31 da Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018 (critérios I, III, IV, V e VIII).

Registre-se, mais uma vez, que a área proposta para tombamento já contém três bens tombados pelo IPHAN, a saber: o Portão da Fortaleza, o Morro Cara de Cão e o Morro Pão de Açúcar (ver mapa anexo 2). Também se insere na Paisagem Cultural do Rio de Janeiro, reconhecida pela Unesco, desde 2012. O IPHAN tem atuado de forma global em toda a área proposta para tombamento desde 1974, quando foram tombados os Morros da Urca, Cara de Cão, Pão de Açúcar, Babilônia, os penhascos Dois Irmãos, Pedra da Gávea e Corcovado.

Quanto às diretrizes para a preservação da Fortaleza de São João, devem ser mantidas as do plano diretor da referida Fortaleza, aprovado pelo IPHAN e o Exército em 1974, até que um novo plano de gestão, que está previsto para ser elaborado no contexto da candidatura das fortificações brasileiras como Patrimônio Mundial junto à UNESCO, seja concluído.

⁹ Parecer Técnico nº 158/2021/CGID/DEPAM, de 15 de dezembro de 2021.

V. Parecer final

O presente parecer buscou apresentar elementos suficientes para a fundamentação e o embasamento do Processo de Tombamento nº 0827-T-70, referente ao Conjunto Arquitetônico, Histórico e Paisagístico da Fortaleza de São João, localizada no bairro da Urca, na cidade do Rio de Janeiro-RJ.

Em síntese, quais as razões que me levam a ser plenamente favorável ao tombamento definitivo da Fortaleza de São João.

- 1) o forte, localizado em ponto estratégico da Baía da Guanabara, integra a paisagem cultural do Rio de Janeiro, considerada Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, desde 2012;
- 2) a Fortaleza em questão é uma das fortificações que estão no dossiê da candidatura junto à UNESCO para integrar a lista do Patrimônio Cultural da Humanidade, sendo a única das 19 edificações que não se encontra efetivamente tombada pelo IPHAN;
- 3) Essa candidatura tem o respaldo institucional do próprio IPHAN e do Comitê Científico Internacional sobre Fortificações e Patrimônio Militar do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS-ICOFORT). É, portanto, do interesse do atual governo brasileiro o tombamento definitivo da Fortaleza de São João, pois esse ato reforçará a posição do Brasil junto à UNESCO pelo reconhecimento das fortalezas brasileiras como patrimônio cultural da humanidade;
- 4) Do ponto de vista histórico, a Fortaleza de São João constitui um “lugar de memória” da nação brasileira, para usarmos a expressão cunhada pelo historiador francês Pierre Nora. Ela está prenha de significações simbólicas, pois nela estão associados importantes momentos de nossa História, a saber: a fundação da cidade do Rio de Janeiro, a Questão Christie, a Guerra do Paraguai e a Revolta da Armada;
- 5) Sob o aspecto arquitetônico, a Fortaleza constitui um dos exemplares mais notáveis da arquitetura e engenharia militares, além de estar situada entre dois morros que integram um belo conjunto paisagístico;
- 6) O tombamento definitivo da Fortaleza de São João, da forma como está sendo proposta, não inviabilizará a realização das atividades que já se encontram definidas pelos órgãos que ali ocupam as dependências da Fortaleza (Centro de Capacitação Física do Exército (CCFEx), Escola Superior de Guerra (ESG) e outros).

Por fim, mas não menos importante, gostaria de fazer a seguinte consideração de ordem epistemológica e conceitual no que se refere à política de preservação do

patrimônio cultural brasileiro: Por que tombar uma Fortaleza militar em pleno século XXI? Sendo exemplares remanescentes da arquitetura militar do século XVII de nossa história o que esses fortões têm a nos dizer, homens e mulheres do tempo presente?

A história materializada nestas fortalezas é uma *história maior*, que representa a memória das elites locais e nacionais, arraigada nos dispositivos institucionais. É uma história que consagra os valores, significados e memórias relacionados às elites e aos seus herdeiros a medida que se configura como uma memória do poder. Esta história evoca usos destes espaços como unidades militares dentro de uma ordem política que se configura no período colonial e tem a sua continuidade no período imperial; é uma história que tem como personagens os militares de alta patente, governadores, presidentes de Província, altos funcionários. Entretanto, podemos encontrar vidas frustradas em meio às ruínas restauradas das fortalezas. Existem outros passados a serem explorados, passados ausentes, malogrados, outras histórias que são silenciadas, esquecidas ou subalternizadas como de menor importância, como curiosidades, ou, como “estórias”, “causos”, “lendas”. São as memórias e experiências da população que vive nas comunidades do entorno destas fortalezas; são os negros escravizados e os indígenas que serviram de mão de obra para construir estas fortificações; são os soldados que serviram nestas unidades, desde o século XVIII até meados do século XX (...)¹⁰.

Assim, para além de seu valor histórico, arquitetônico e paisagístico, a Fortaleza em referência constitui importante legado cultural português, remanescente do período colonial de nossa história, tendo sido ponto estratégico para a defesa e ocupação territorial. Tombar a Fortaleza de São João constitui o reconhecimento de que a ação colonizadora portuguesa, com a ajuda da mão-de-obra escrava indígena, foi essencial para a formação da nacionalidade. Apesar de se ter em mente que os fortões e fortalezas existentes ao longo do litoral brasileiro são exemplares da arquitetura militar portuguesa, não se pode deixar de considerar que a mão-de-obra usada na sua construção foi indígena e escravizada, contando também com a colaboração de artífices de outras nacionalidades.

Isso nos remete aos trechos do famoso poema de Bertold Brecht, *Perguntas de um trabalhador que lê*:

Quem construiu Tebas, a das sete portas?
Nos livros constam o nome dos reis,
Mas foram os reis que transportaram as pedras?
Babilônia, tantas vezes destruída,
Quem outras tantas a reconstruiu? (...)

¹⁰ PEREIRA, Pedro Mülbersted e PAIM, Elison A. *Fortalezas abandonadas, saqueadas, redescobertas, restauradas, patrimonializadas: da democratização à pluralização do patrimônio* IN: **Fronteiras: Revista Catarinense de História**. Dossiê Memória, Patrimônio e Democracia, N. 32, 2018/02 – ISSN 2238-9717, p. 47.

No dia em que ficou pronta a Muralha da China para onde foram os seus pedreiros?
A grande Roma está cheia de arcos de triunfo. Quem os ergueu? (...)
Tantas histórias
Quantas perguntas!

Para além de uma reflexão crítica acerca dos sujeitos da História, as palavras de Brecht nos servem também para pensarmos sobre o que dizem os monumentos construídos, o patrimônio histórico e a memória da nação. Parodiando o dramaturgo alemão, poderíamos também questionar:

Quem construiu a Fortaleza de São João?
Foram apenas os governantes locais a mando do rei de Portugal?
Quem transportou as pedras para a construção de várias baterias e redutos? Quem carregou o material bélico usado na defesa do litoral?
Quantos soldados anônimos fizeram a sentinela da Fortaleza e morreram na sua defesa!
Tiveram seus nomes registrados em algum monumento ou placa existente no Forte?

Diante do exposto, como membro titular deste colegiado, manifesto-me favoravelmente ao tombamento definitivo do Conjunto Arquitetônico, Histórico e Paisagístico da Fortaleza de São João, nos livros do Tombo Histórico, do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no do Tombo de Belas Artes, nos termos do Decreto-Lei nº 25, de 1937.

No próximo ano, estaremos comemorando 460 anos da fundação da cidade do Rio de Janeiro. Nada melhor do que prestarmos uma homenagem por ocasião dessa efeméride, ofertando à cidade e a todos os cariocas esse belo presente: o tombamento definitivo da Fortaleza de São João, lugar de memória da nacionalidade, que deu origem à “Cidade Maravilhosa”, capital do Brasil por quase duzentos anos.

No ensejo, submeto o presente parecer à apreciação e deliberação dos demais membros deste egrégio Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade
(UNESCO, 1987), aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, dia do Patrimônio Histórico Nacional.

José Ricardo Oriá Fernandes
Membro do Conselho Nacional do Patrimônio Cultural,
representante da sociedade civil

VI. Referências

1. Artigos, livros e periódicos:

- BARRETO, Annibal. **Fortificações do Brasil**: resumo histórico. 2^a. edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa na historiografia. 2^a. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- CASTRO, Adler Homero F de. **Muralhas de Pedra Canhões de Bronze Homens de Ferro - Conclusão**. Revista da Cultura, v. 18, p. 3-32, 2019.
- _____ . *Muralhas de Pedra Canhões de Bronze Homens de Ferro – Conclusão* IN: **Revista daCultura**, v. 18, p. 3-32, 2019.
- FERREZ, Gilberto. **O Rio de Janeiro e a defesa de seu porto: 1555-1800**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1972.
- PEREIRA, Pedro Mülbersted e PAIM, Elison A. *Fortalezas abandonadas, saqueadas, redescobertas, restauradas, patrimonializadas: da democratização à pluralização do patrimônio* IN: **Fronteiras**: Revista Catarinense de História. Dossiê Memória, Patrimônio e Democracia, N. 32, 2018/02.
- TEIXEIRA, Paulo Roberto Rodrigues; CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Fortaleza de São João*. IN: **Revista DaCultura**, ano III, nº 5, dezembro de 2003.

2. Legislação:

- Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
- Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que “*organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*”.
- Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018, que “*institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências*”.

3. Sites:

- Centro de Capacitação Física do Exército (CCFEx) e Fortaleza de São João:
<https://www.ccfex.eb.mil.br/>
- Educação Patrimonial: fortes, fortalezas e integração nacional:
<https://www.secomandi.com.br/#links>
- Fundação Cultural Exército Brasileiro: <https://www.funceb.org.br/>
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:
<http://portal.iphan.gov.br/>

VII- Anexos

Anexo 1- Bens materiais incluídos no processo de tombamento nº 0827-T-70



Bens materiais incluídos do processo de tombamento nº 0827-T-70

LEGENDA

1	Praia de Dentro	5	Bateria Marques Porto	●	Placa Comemorativa
2	Ponte da Praia de Dentro	6	Reduto São Teodósio		
3	Fortes de Entrada São Martinho e São Diogo: bateria alta e baterias baixa	7	Bateria Mallet	●	Placa Comemorativa
4	Praia de Fora	8	Forte São José	●	Placa Comemorativa

 IPHAN
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Coordenação de Reconhecimento e Proteção
Arquiteta e Urbanista: Aretha Santos
Desenho: ago/2024

Anexo 2- Bens tombados pelo IPHAN



Bens já tombados pelo Iphan

LEGENDA

- 1 Morro do Pão de Açúcar (99-T-38)
- 2 Morro Cara de Cão (869-T-73)
- Portão da Fortaleza de São João (101-T-38)



Coordenação de Reconhecimento e Proteção

Arquiteta e Urbanista: Aretha Santos

Desenho: ago/2024